

# Os povos admiram os que sabem tomar decisões

Ainda ontem, em nosso editorial sobre os resultados eleitorais na Inglaterra, comentando a vitória da sra. Margaret Thatcher, citávamos observação do, no caso, insuspeito primeiro-ministro socialista da Espanha, Filipe González: "Os povos admiram os que sabem tomar decisões".

Realmente, essa foi uma das causas do estrondoso sucesso eleitoral da primeira-ministra inglesa, pois ninguém pode, em sã consciência, dizer que a política econômica por ela conduzida facilitou seu trabalho, aliciando mentes e corações. Ao contrário, a julgar pelos sacrifícios exigidos da população, a sra. Thatcher deveria ter perdido prestígio eleitoral. Mas, em primeiro lugar, os objetivos visados com aqueles sacrifícios eram claros e corretos, e o eleitorado britânico soube avaliá-los desse modo; em segundo lugar, nunca houve hesitação e incerteza — todos sabiam da determinação daquela mulher e para que rumo tal determinação levaria.

Dizíamos ainda no citado editorial que a observação do primeiro-ministro espanhol deveria ser levada em consideração pelo governo brasileiro. E a prova disso é que logo mais, à noite, no mesmo dia, teríamos renovada mostra de liderança indecisa. O presidente Figueiredo mais uma vez se ocupou, no seu pronunciamento semanal pela TV, da situação econômico-financeira do País, para, de novo, a exemplo do que fizera na semana anterior — e que já criticáramos —, permanecer no terreno das lamúrias e indefinições, em vez de trazer uma mensagem que, embora dura, fosse pelo menos clara e definida.

Na transcrição do pronunciamento, feita pelos jornais, lá está s. exa. deplorando não poder governar só em benefício de todo o povo simultaneamente — coisa que nenhum governo conseguiu fazer até hoje — e informando (sic) que "é bem possível que ainda haja novas medidas necessárias para complementar as que foram adotadas na semana passada".

Mais uma vez somos forçados a repetir que a maior perturbação que qualquer sistema econômico pode sofrer, os maiores dissabores que afligem empresários, empregados e donas-de-casa não advêm apenas de medidas duras do governo, quaisquer que sejam, mas principalmente da incerteza quanto a tais medidas e da indecisão na escolha de rumos da administração econômica. Nada pode trazer mais desconforto e angústia à população trabalhadora do que ficar sem saber o que poderá acontecer no dia seguinte, sabendo somente que não será coisa boa. A própria notícia da perda do emprego é ainda menos afeitiva, pois, nesse caso, pelo menos o trabalhador já sabe que tem de procurar outro emprego ou "se virar" de algum modo para sobreviver.

O governo brasileiro, todavia, parece ter inaugurado o método administrativo hitchcockiano — como já dissemos — de liderar através do suspense: atenção, agora teremos um pacote terrível! Ai sai no primeiro ato um pacote apenas incompleto. Vem então o segundo episódio: agora, senhores e senhoras, mais um minuto de atenção porque talvez tenhamos de completar o pacote. Esperemos que no terceiro episódio não nos anunciem que afinal o pacote completado não ficou bom e é preciso começar tudo de novo.

Na verdade, a única coisa que este famoso pacote tem provocado até o momento (além do aumento de preços dos derivados de petróleo, que viria de qualquer forma) é perda de tempo. Perdemos já quase um mês, paralisados ante o fantasma de medidas duríssimas, e talvez seja essa exatamente a tática posta em prática pelo governo: obrigar, através do cansaço, a opinião pública a bradar ao presidente que faça afinal o que tem de ser feito, sem mais delongas, sem consultas nem estudos, porque ninguém agüenta mais!

E, no entanto, o que está acontecendo fica mais ou menos claro para quem sabe ler nas entrelinhas. Graças ao vezo de contemporizar, o governo brasileiro procura extrair dos seus credores externos um máximo de apoio com um mínimo de compromisso — o que talvez seja correto. Mas mesmo esse compromisso mínimo tenta não cumprir. É o que provocou a divergência com o Fundo Monetário Internacional e o que está provocando a divergência com os credores privados. Isso foi indiretamente revelado ontem pelo sr. Fritz Leutwiler, presidente do Banco para Compensações Internacionais (BIS), ao dizer aos acionistas da organização, na Suíça, que "as autoridades brasileiras parecem dispostas a aceitar novas propostas bastante penosas que lhes permitirão continuar sacando recursos do FMI".

Isso não apenas confirma o que dizíamos ontem aqui, a título de especulação, ou seja, que provavelmente já havia algum acordo com o FMI para que este libere a parcela de 411 milhões de dólares do seu crédito em troca de uma retificação da nossa política econômica interna, como demonstra que as tentativas de tergiversação e de mejo cumprimento dos compromissos feitas até agora apenas podem resultar em necessidade de maiores apertos.

Todo mundo, dentro e fora do Brasil, sabia e continua sabendo que não bastava obter um superávit comercial substancial nas trocas com o Exterior. Era preciso, também, traçar uma política sem dúvida drástica, mas coerente e pertinaz, de combate à inflação interna. Como a primeira meta já está razoavelmente assegurada, é compreensível que as atenções dos parceiros do Brasil se concentrem na segunda, que não só não foi cumprida, como pode fugir totalmente aos controles graças, exatamente, ao pacote incompleto. E, se o presidente estava em busca de sugestões sobre como completá-lo, elas foram mais do que abundantes na imprensa nos últimos dias, e todas convergem para um só ponto: a necessidade de iniciar de maneira firme e sistemática o processo de desindexação da economia. Disse alguém que o termo está mal empregado porque isso significa acabar com os indicadores. Mas, em nossa opinião, deveríamos não ser tímidos nessa questão; deveríamos, ao contrário, aproveitar o momento para começar a caminhar de maneira lúcida, corajosa e firme exatamente no rumo da desindexação, isto é, da eliminação desse artificialismo mal-inspirado de reajustar rendimentos e ativos financeiros, todos os meses, com base em índices abstratos que se acabam transformando em fatores de custo, embora nada mais sejam do que fórmulas aritméticas.